

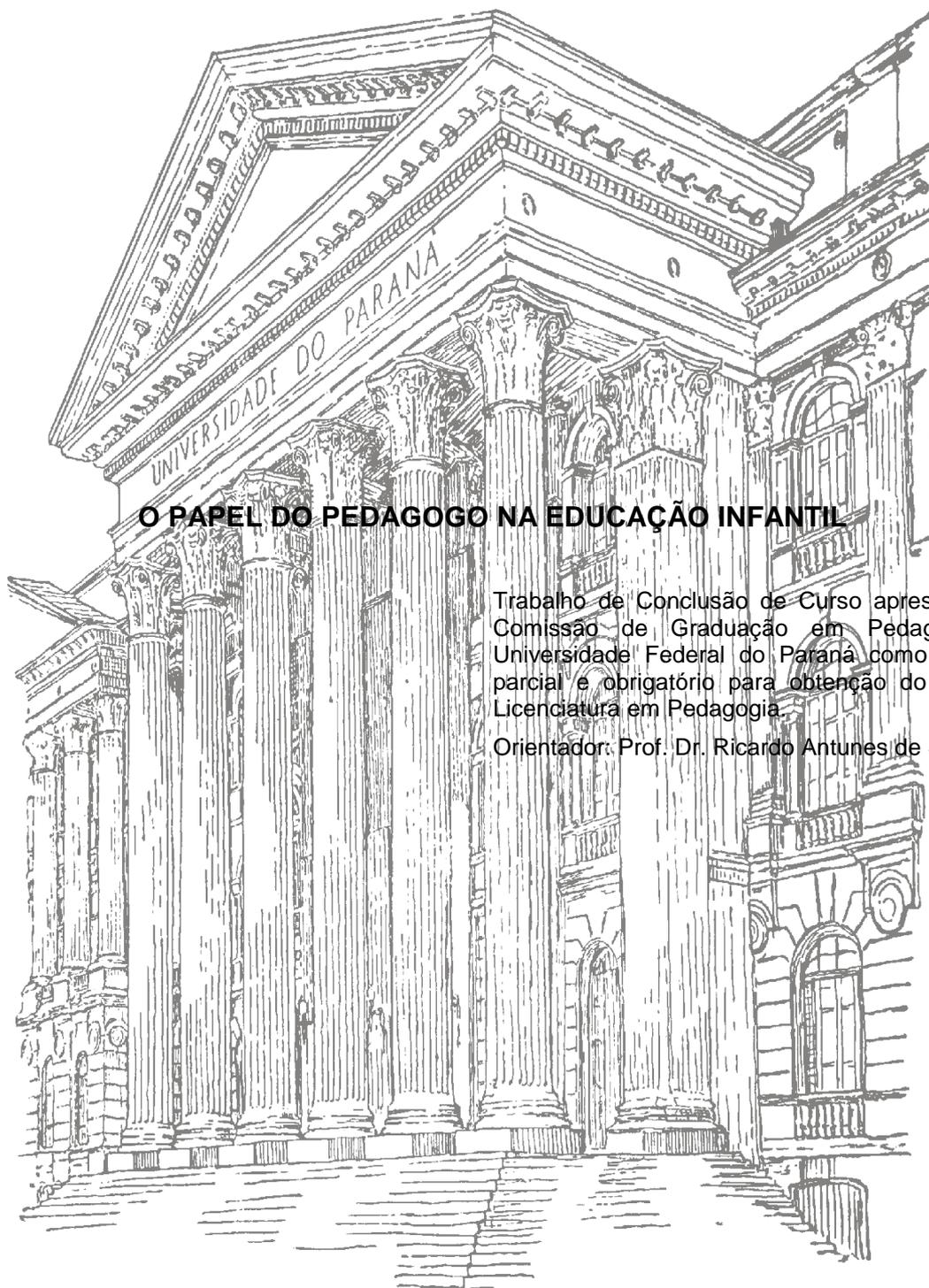
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**



O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**CURITIBA
2013**

**AMANDA EVELYN BRANDÃO
GENECIR DOS SANTOS BARRETO**



O PAPEL DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá

**CURITIBA,
2013**

À nossa amizade e parceria durante esses cinco anos de curso.

AGRADECIMENTOS

*O valor das coisas não está no tempo que elas duram,
mas na intensidade com que acontecem.
Por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis e **pessoas incomparáveis**.*
Fernando Pessoa

A Deus por ter nos abençoado e conduzido até esse momento.

Ao professor Ricardo Antunes de Sá, pela orientação, acolhimento e ensinamentos durante esse ano.

À Deilda, minha mãe com muito orgulho, pelo carinho e cuidado nos estudos e na minha vida. Daniel, meu irmão e parceiro, que sempre me incentiva. Danilo, pelo companheirismo e amizade. E a todos os familiares, que torcem e oram por mim.

Aos meus queridos pais, Vilmar e Maria Aparecida, com muito orgulho, que me deram todo suporte emocional e pelas orações. Ao meu amado esposo, João, que sempre me apoia e encoraja. E aos meus irmãos, que torcem por mim.

Às nossas amigas e companheiras, Clarissa, Flávia Carolina, Karina, e toda a turma, que durante os cinco anos da graduação nos auxiliaram na construção da nossa formação.

Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho apresenta investigação que procura caracterizar e analisar o papel do pedagogo na Educação Infantil no contexto da rede pública e da rede privada. O estudo enquadra-se numa pesquisa de cunho qualitativo (ANDRE, 1986; MONTEIRO, 1991). No capítulo um procurou investigar o histórico do curso de Pedagogia, percorrendo as reformas do curso, as Diretrizes Curriculares até a configuração do curso de Pedagogia na UFPR (BREZEZINSKI, 1996; SÁ, 1997; SAVIANI, 1985, 2007, 2008; SILVA, 2003; UFPR, 1996, 2007). No capítulo segundo realizou-se uma caracterização do papel do pedagogo utilizando-se das seguintes fontes: (PMC, 2012; SAVIANI, 1985; PIMENTA, 1989, 1995; SÁ, 1997; SOUZA, 2008). Respalado pela revisão de literatura anterior, a investigação de campo desenvolveu-se a partir de entrevistas estruturadas realizadas com quatro pedagogas que vem atuando na Educação Infantil Pública e Privada. As análises realizadas apontaram que umas das principais atribuições desses pedagogos é o assessoramento ao professor no acompanhamento do aprendizado dos alunos e na formação continuada dos professores.

Palavras-chave: Pedagogia. Papel do pedagogo. Educação Infantil. Pedagogo na Educação Infantil.

LISTA DE SIGLAS

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE - Associação Nacional de Administradores Educacionais
ANPED - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e Educação
CEB - Câmara de Educação Básica
CEDES - Centros de Estudos Educação e Sociedade
CEEP - Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia
CEI - Centro de Educação Infantil
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFE - Constituição Federal
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
CONARCFE - Comitê Nacional Pró-Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores
CNE - Conselho Nacional de Educação
CRCCP - Comissão de Reformulação do Currículo do Curso de Pedagogia
FORUMDIR - Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PUC/PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SESU-MEC - Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP/MARÍLIA - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Delimitação do tema	8
1.2 Objetivos	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.2 Objetivos específicos	8
1.3 Metodologia e fontes	9
2. HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA	11
2.1 Criação do curso	12
2.2 1ª Reforma	12
2.3 2ª Reforma	13
2.4 LDB e o Curso de Pedagogia	15
2.5 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia - 2006	17
2.6 Histórico do Curso na UFPR	19
2.6.1 Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFPR – 1996	19
2.6.2 Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFPR – 2008	21
3. PAPEL DO PEDAGOGO	23
4. EDUCAÇÃO INFANTIL E A AÇÃO PEDAGÓGICA	29
5. PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE	33
5.1 Entrevistas com as pedagogas dos CMEIs Violeta e Tulipa	33
5.2 Entrevistas com as pedagogas dos CEI Margarida e CEI Rosa	36
5.3 Análise do pedagogo nos diferentes contextos: escola pública e privada	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	46

1. INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do tema

O currículo do curso de pedagogia da UFPR, atualmente, promove a preparação do pedagogo para os desafios escolares da Educação Infantil e Educação Fundamental (anos iniciais), principalmente para esfera pública. A pesquisa tem o objetivo de investigar e compreender do trabalho realizado pelos pedagogos na Educação Infantil, em contextos diferentes: público e privado. Pretendemos realizar um levantamento bibliográfico sobre o curso de pedagogia, a formação e atuação do pedagogo na escola. Revisaremos os aspectos de identificam a infância e seus conceitos, bem como o papel do pedagogo na área infantil.

A docência na Educação Infantil é um espaço de criatividade e de revelação do mundo para as crianças e cabe ao pedagogo um papel de mediador na construção da identidade das crianças, na formação da linguagem, assimilação do cotidiano escolar e, principalmente, a dimensão de iniciar a formação de indivíduos críticos, criativos e humanos.

Pesquisar e aprofundar o papel do pedagogo e sua atuação na educação infantil constitui-se a preocupação desta pesquisa para que possamos refletir e qualificar a formação do pedagogo em sua atuação na escola.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Caracterizar e analisar o papel do pedagogo na Educação Infantil.

1.2.2 Objetivos específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre a formação do pedagogo e sua identidade profissional, política e epistemológica;
- Caracterizar e analisar o papel do pedagogo da Educação Infantil em escola pública.

- Caracterizar e analisar o papel do pedagogo da Educação Infantil em escola particular.
- Caracterizar, analisar e compreender como se efetiva o desenvolvimento das funções do pedagogo em diferentes contextos e perspectivas.

1.3 Metodologia e fontes

Como ponto de partida para realização deste projeto, entendemos necessário construir um breve histórico da criação do curso de Pedagogia até a proposta curricular do curso de pedagogia da UFPR hoje. Procuramos, então, aproximarmos por meio da revisão de literatura, pesquisar os conceitos sobre o papel do pedagogo e, por fim, dar significado às definições de infância, identificando o papel do pedagogo no âmbito da Educação Infantil.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de visitas realizadas a duas instituições públicas e duas privadas escolas. Realizamos quatro entrevistas com pedagogos, procurando caracterizar, descrever suas atividades profissionais e, na sequência, procuramos comparar e analisar o papel do pedagogo na Educação Infantil.

A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre o pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando. [...] é preciso que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado (a), limitando-se a ouvir e gravar a fala dele (a). (OLIVEIRA, 2012, p.86).

No capítulo 2, apresentamos a identificação do papel do pedagogo no âmbito escolar, caracterizando suas atribuições frente à comunidade escolar e a organização e gestão da escola.

No terceiro capítulo, com objetivo de analisar o papel dos pedagogos na escola, formulamos um questionário que orientasse as visitas às escolas e entrevistas com pedagogas para comparação do trabalho pedagógico nas diferentes esferas, que foram duas escolas da rede pública e duas escolas da rede de ensino privado.

No capítulo 4 são reunidas algumas especificidades da Educação Infantil para caracterizar as atribuições pedagógicas nessa modalidade.

No quinto capítulo são apresentadas e discutidas as análises das entrevistas nas quatro escolas com base no formulário norteador, com as características principais das atribuições dos pedagogos.

Nas considerações finais apresentamos aspectos observados nas entrevistas tendo em vista os objetivos propostos na pesquisa que é caracterizar o papel do pedagogo na Educação Infantil.

2. HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Na história da humanidade, a pedagogia como uma ação humana educativa intencional foi mencionada desde a Antiguidade Clássica pelos gregos na Paidéia, depois em Roma e na Idade Média:

Desde a Grécia delineou-se uma dupla referência para o conceito de pedagogia. De um lado, desenvolveu-se uma reflexão estreitamente ligada à filosofia, elaborada em função da finalidade ética que guia a atividade educativa. De outro lado, o sentido empírico e prático inerente a Paidéia, entendida como a formação da criança para a vida, reforçou o aspecto metodológico presente já no sentido etimológico da pedagogia como meio, caminho: a condução da criança. (SAVIANI, 2007, p. 100).

Saviani (2007) observando a aproximação da Pedagogia com o universo educacional, cita Comênios, que no século XVII buscava construir um sistema pedagógico, encontrando na didática a arte de ensinar tudo a todos. Em meados do século XIX, Herbart¹, filósofo alemão, tornou a pedagogia como disciplina universitária, divergindo os dois aspectos pensados na antiguidade em fins educacionais (base ética) e os meios educacionais (base na psicologia). Gentile, filósofo italiano e idealista, vai contra esses aspectos da psicologia e aproxima a pedagogia à filosofia, distanciando a pedagogia da metodologia e didática.

As discussões sobre pedagogia no ensino superior ganhavam força em meados do século XIX e início do século XX. No Brasil, pelos princípios da Pedagogia Nova, tendo à frente, Anísio Teixeira, nas décadas de 1920 e 1930 tomaram cursos para um cenário de discussões e mudanças, segundo Brzezinski (1996, p. 26). Como fruto desses pensamentos de transformação e reforma na sociedade, foi construído o documento “A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo” em 1932, mais conhecido por Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

O manifesto dos pioneiros fortaleceu a base política para que construção de uma unidade de ensino, com escola pública a todos, laica e gratuita, e mudanças na formação de professores, na defesa da democracia. No âmbito nacional, a repercussão do Manifesto foi incorporada na Constituição de 1934, no ideário de escola pública para todos e fortaleceu as discussões de fundação da universidade

¹ Ver Larroyo (1974).

brasileira, da formação docente, sendo criada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, regulamentada apenas 1939.

2.1 Criação do curso

A partir do decreto de Lei 1.190 de 4 de abril de 1939, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que visava à formação de bacharéis e licenciados para várias áreas, incluiu o setor pedagógico, que surgiu da preocupação com a formação de docentes para o curso normal.

O Curso de Pedagogia tinha a duração de 3 anos para formar o bacharel (disciplinas Complementos de Matemática, História da filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da educação, Psicologia educacional, Estatística educacional, História da Educação, Fundamentos Sociológicos da educação, Administração escolar, Educação comparada e Filosofia da Educação) e para a formação do licenciado era acrescentado mais um ano de didática (Didática geral e Didática especial), passando a ser conhecido como o esquema 3+1.

Esta estrutura curricular tinha duas bases de formação: o técnico em educação (bacharelado em Pedagogia), e o docente (licenciado em Pedagogia). O licenciado em Pedagogia também era formado pelo curso de Didática, pois contemplava disciplinas semelhantes. A fragmentação do curso de Pedagogia entre o técnico e o docente demonstrou um distanciamento entre a teoria e a prática pedagógica.

2.2 1ª Reforma

Na tentativa de redemocratização no Brasil, no início dos anos 60, é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024/61, estabelecendo educação como um direito a todos.

A LDB/1961 promoveu a regulamentação do curso de Pedagogia conforme o Parecer 251/1962, escrito pelo Conselheiro Federal de Educação Valnir Chagas. Esse parecer uniformizou o tempo de duração do curso de pedagogia quatro anos tanto para a licenciatura quanto para o bacharelado. Para cursar licenciatura o currículo abrangia as disciplinas: Psicologia da educação: adolescência e

aprendizagem; Elementos de Administração Escolar; Didática e Prática de Ensino. E para o bacharelado, manteve-se o currículo que havia sido criado em 1939.

Segundo as propostas do Parecer 251/1962, o Conselheiro Valnir Chagas acreditava que “[...] à medida que o homem comum pretendesse aumentar sua escolarização, não se conformando com os níveis primários, a elevação dos níveis de formação do professor ocorreria pressionada por interesses da sociedade” (BRZEZINSKI, 1996, p. 54). Considerava-se a formação dos professores por exigência da sociedade intelectual, mas que para época ainda não era possível adequar o professor primário ao nível superior.

2.3 2ª Reforma

Em 1968, através da Lei federal 5.540/68, a Reforma do Ensino Universitário “[...] fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (BRASIL, 1968), o que resulta na formulação do Parecer 252/69, tendo como relator o mesmo Conselheiro Valnir Chagas, incorporado posteriormente na resolução CFE n. 2/69:

O curso de graduação em pedagogia, visando à formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares. [...] o curso de pedagogia passa a ser composto por duas partes: uma comum, constituída por matérias básicas à formação de qualquer profissional na área, e uma diversificada, em função de habilidades específicas. [...] a parte comum fica composta pelas seguintes matérias: sociologia geral, sociologia da educação, psicologia da educação, história da educação, filosofia da educação e didática. (SILVA, 2003, p. 26-27)

Essa perspectiva de currículo para o curso de pedagogia que abolia o bacharelado pela Resolução, mas que formava técnicos nas áreas em que era necessário suprir a demanda instituiu profissionais especialistas em Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar, além do professor para o Ensino Normal. O pensamento tecnicista e a necessidade de formar trabalhadores especializados para crescimento da economia nacional formataram as políticas nacionais de educação da época. Por isso, a contínua defesa nesse período do curso de pedagogia com habilitações, com caráter especializado naquele campo de saber.

As disciplinas comuns entre as habilitações eram: “Estrutura e Funcionamento do Ensino” e “Princípios e Métodos” adicionadas a cada área de atuação. Na habilitação de Orientação Educacional adicionava as disciplinas “Orientação vocacional” e “Medidas educacionais”. A disciplina “Legislação do ensino” para habilitar em Inspeção. “Estatística” para habilitar em Administração e “Currículos e Programas” para habilitar em Supervisão. A legislação manteve apenas a formação do professor para o ensino de segundo grau em nível médio e para o ensino superior.

A partir da lei federal n. 5.692/71, ainda com a participação do conselheiro Valnir Chagas, a formação do professor primário no Curso Normal foi denominado Habilitação Magistério. E ainda pelo CFE, n.67/75 e n.70/76, elaboraram-se indicações de “formar o especialista no professor” para formação em pós-graduação para os já licenciados, ou seja, Valnir visualizava o curso de pedagogia apenas no âmbito de pós-graduação, excluindo a pedagogia na graduação.

Ao final dos anos 70, as mobilizações de professores e universitários em construir um Movimento Político-Pedagógico estimularam a discussão sobre a formação dos profissionais da educação no Brasil. Em relação ao curso de pedagogia, o I seminário de Educação Brasileira em 1978 na UNICAMP, oportunizou a defesa da manutenção do curso de pedagogia estruturado na ação pedagógica e vinculado à teoria e à prática, assim posteriormente fomentado em outros movimentos.

Em decorrência, a I Conferência Brasileira de Educação pela PUC-SP em 1980, propiciou a organização do Comitê Nacional Pró-Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, assim chamado após 1983 (CONARCFE) em Belo Horizonte. Em 1998, se constituiu por ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação- em seu IX Encontro Nacional, realizado em Campinas, com Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação.

As movimentações sociais dos professores em construir uma identidade e as mobilizações emergiram em duas ideias-forças segundo Saviani (2007):

A primeira foi a de que a docência é o eixo sobre o qual se apoia a formação do educador. A partir dessa ideia prevaleceu entre as instituições a tendência de organizar o Curso de Pedagogia em torno da formação de professores, seja para a habilitação magistério, em nível de 2º grau, seja principalmente, para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental. A

segunda ideia se expressou na “base comum nacional”. [...] Com efeito, foi se fixando o entendimento que “base comum nacional” não coincide com a parte comum do currículo nem com a ideia de currículo mínimo. Seria, antes um princípio a inspirar e orientar a organização dos cursos de formação de educadores em todo o país. [...] Deveria fluir das análises, dos debates e das experiências que fossem encetadas, possibilitando, num processo a médio prazo, que se chegasse a um consenso em torno dos elementos fundamentais que devem basear formação de um educador consciente e crítico, capaz de intervir eficazmente na educação visando à transformação da sociedade brasileira. (SAVIANI, 2007, p. 123)

A partir da década de 80, as universidades promoveram várias reformas curriculares, no qual o curso de pedagogia tinha habilitação para formar professores que atuassem na educação pré-escolar e nas séries iniciais do ensino fundamental.

2.4 LDB e o Curso de Pedagogia

Em torno das discussões de uma base comum nacional no curso de pedagogia e as mudanças nas propostas na educação, a nova Lei de Diretrizes e Bases, n.9394/96, assegurava pelo artigo 62 aos profissionais de educação que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-à em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida 12 como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (MEC, 1996, p.67-68)

Após a promulgação da LDB em 1996, as medidas tomadas pelo Conselho Nacional de Educação (Vieira, 2008, p.6): a Resolução n.2/97 sobre a formação dos professores, dispõe sobre programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da educação profissional em nível médio e determina a possibilidade de complementação pedagógica para qualquer graduado/bacharel que queira atuar como professor na Educação Básica; a regulamentação do curso normal em nível médio, prevista no artigo 62 da LDBEN e regulamentada pela Resolução CEB n. 2/99; a regulamentação dos cursos sequenciais que abriram a possibilidade de retomada das antigas licenciaturas curtas de 1.600 horas; a criação dos Institutos Superiores de Educação, específicos para formação de professores para a Educação Básica; a criação do Curso Normal Superior para formação de professores de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e Educação Infantil e a

formação dos especialistas nos Cursos de Pedagogia, além da elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação.

O decreto n. 3.276/99 dizia que a formação em nível superior de professores para a Educação Infantil e para os quatro anos iniciais do Ensino Fundamental seria feita exclusivamente nos Cursos Normais Superiores, por pressão dos Movimentos dos Educadores e Professores brasileiros capitaneados pela ANFOPE, foi modificado pelo Decreto n. 3.554/00, que alterou o termo "exclusivamente" para o termo "preferencialmente". O curso de Pedagogia estaria voltado principalmente para as áreas de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, ainda fragmentado pelas especialidades.

Através dos pareceres, decretos e resoluções estabelecidos a partir da LDB 9.394/96, oportunizou-se a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores para a Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (BRASIL, 2002).

Ainda após a promulgação da nova LDB, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação (Sesu- MEC) em 1997, solicitou através do Edital n.4/97, propostas que desencadeassem na elaboração das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação, institucionalizando Comissões de Especialistas de Ensino. Assim, não foi diferente para o curso de pedagogia, a Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia (CEEP) nomeou com portaria n.148/1998 os professores: Celestino Alves da Silva (UNESP/Marília), Leda Scheibe, presidenta (UFSC), Márcia Ângela Aguiar (UFPE), Tizuko Kishimoto (USP) e Zélia Mileo Pavão (PUC/PR).

Esses professores elaboram uma proposta com base nas concepções da ANFOPE (Associação Nacional para a Formação dos Profissionais da Educação), ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e Educação), FORUMDIR (Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras), ANPAE (Associação Nacional de Administradores Educacionais) e o Cedes (Centros de Estudos Educação e Sociedade), e enviaram ao Sesu/MEC em 1999:

Propunha o documento da CEEP que o egresso do Curso de Pedagogia poderia atuar tanto na docência da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental, das disciplinas de formação pedagógica do nível médio, quanto na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educacionais escolares não escolares, na produção e difusão

do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional e nas áreas emergentes do campo educacional. (SCHEIBE, 2007, p.50-51).

A proposta de diretrizes para o curso era formada pelos princípios da docência como base da formação, da flexibilidade do currículo e da organização dos conteúdos por meio de diversas formas didáticas. A organização curricular teria 3 grandes núcleos: Conteúdos básicos (articuladores da relação teoria e prática, nos contextos históricos e sociocultural, da educação básica e do exercício profissional em âmbitos escolares e não escolares); Estudos de aprofundamento e/ou diversificação da formação e Estudos independentes, com carga horária mínima de 3200 horas (2560 horas para atividades didáticas obrigatórias, laboratórios e práticas pedagógicas e 640 horas distribuída entre os estudos independentes e o trabalho de conclusão de curso).

Segundo Scheibe (2007) a proposta foi encaminhada:

[...] mas não chegou a ser apreciada, uma vez que as definições sugeridas entrariam em confronto com a indicação da LDB/96 que em seu artigo 63, ao estabelecer a figuras dos Institutos Superiores de Educação, destinou aos Cursos Normais Superiores 'a formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental' (BRASIL, 1996).

2.5 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia - 2006

Após oito anos do edital requisitando sugestões de uma construção da formulação de uma diretriz curricular nacional para o curso de pedagogia, em março de 2005, o CNE divulgou uma minuta de Resolução das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação de pedagogia, mas era direcionado como Curso Superior Normal, reduzindo o curso de pedagogia e proporcionando duas habilitações: “magistério da educação infantil” e “magistérios dos anos iniciais do ensino fundamental”.

A mobilização frente a essa minuta foi enviada ao CNE solicitando uma audiência pública antes de aprovação da resolução pela ANFOPE, ANPED e Cedes (SCHEIBE, 2007, p. 54). Como resultado da mobilização nacional, o Conselho Nacional de Educação construiu novo parecer aprovado em dezembro de 2005 e resolução, em maio de 2006.

As mudanças no currículo do curso de pedagogia, previstas pela resolução, modifica a carga horária antes mínima de 2.800 horas, agora para 3.200 horas

acadêmicas, sendo 2.800 para aulas, 300 horas para estágio supervisionado e mínimo de 100 horas para atividades de aprofundamento em áreas específicas.

Essa resolução estabelece, em termos de habilitação do curso de pedagogia, a licenciatura e deixa de lado as especialidades. É muito criticada por indicar imprecisões conceituais e ambiguidades, conforme aponta Libanê², e trazer consequências para a formação profissional:

a) a limitação do desenvolvimento da teoria pedagógica decorrente da descaracterização do campo teórico-investigativo da pedagogia e dos campos de atuação profissional do pedagogo especialista; b) o desaparecimento dos estudos de pedagogia no curso de pedagogia, levando o abandono dos fundamentos pedagógicos necessários à reflexão do professor com relação à sua prática; c) o inchamento de disciplinas no currículo, provocado pelas excessivas atribuições previstas para o professor; d) o rompimento da tradição do curso de pedagogia de formar especialistas para o trabalho nas escolas, para a pesquisa, para atuação em espaços não escolares; e) a secundarização da importância da organização escolar e das práticas de gestão, retirando-se sua especificidade teórica e prática, na qualidade de atividades-meio, para assegurar o cumprimento dos objetivos da escola. (LIBÂNIO, 2006, p. 859-860)

Essas consequências acerca do currículo do curso de Pedagogia desencadearam mais discussões sobre o posicionamento da sua identidade, que se bifurca nos estudiosos que acreditam na Pedagogia como “[...] teoria da educação e da formação[...]” e/ou como “[...] normas e orientações para o ensino [...]” (FRANCO, et.al., 2007). O que a resolução traz, essencialmente, é um currículo voltado para docência, “orientações para o ensino”:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006)

E justifica no parágrafo único do art. 4º que “[...] as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino [...]”, englobando as atividades do pedagogo na gestão escolar. E para além, formata um currículo na tentativa de atender as demandas da

² Ver o texto “Diretrizes Curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores”, 2006.

educação básica brasileira, preferencialmente na educação infantil e nos anos iniciais.

2.6 Histórico do Curso na UFPR

Segundo o histórico do Setor de Educação³ da UFPR, o curso de pedagogia foi oferecido pelo Instituto Superior de Educação, que fazia parte da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e chamado de Departamento de Pedagogia (cursos de Pedagogia e Didática).

Apenas em 1973, com a aprovação do Decreto n. 72.782, de 12 de Setembro de 1973 que aprovava o plano de reestruturação da Universidade Federal do Paraná, o setor de educação é criado. O setor era dividido em três departamentos: Métodos e Técnicas da Educação (hoje Departamento de Teoria e Prática de Ensino), Teoria e Fundamentos da Educação e Planejamento e Administração Escolar. Ofertava os cursos: Biblioteconomia e Pedagogia, nas habilitações Administração escolar, Orientação educacional, Supervisão Escolar, Magistérios de Disciplinas pedagógicas do 2º grau e Habilitação ao Magistério (formação pedagógica para área de estudos gerais para 1º e 2º graus e disciplinas especializadas de 2º grau).

Em 1985⁴, o curso de pedagogia da UFPR sofreu uma reformulação, consistindo nas habilitações Supervisão Escolar; Orientação Educacional; Administração Educacional; Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e Educação Pré-Escolar e Educação Especial. A habilitação “Educação Pré-Escolar e Educação Especial” acabou não sendo implantada e por “Administração Escolar” ter baixa demanda, deixou de ser oferecida em 1988.

2.6.1 Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFPR – 1996

Em 1996 a UFPR encaminhou ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de reformulação curricular com um dos objetivos de superação da fragmentação das habilitações, em busca do pedagogo unitário.

³ Resumo histórico da página do Setor de educação UFPR - <http://www.educacao.ufpr.br/?q=node/3>

⁴ Ver Relatório n. 360/97, Reformulação curricular do curso de Pedagogia.

Essa proposta de curso atendia a formação do professor para as matérias pedagógicas do curso de magistério, o professor para educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental (1ª à 4ª séries) e o pedagogo escolar:

A grade curricular tinha um total de 2.460 horas com duração de 4 anos, e era constituída por núcleos temáticos: disciplinas de fundamentos teóricos, disciplinas de formação para o magistério de 1º e 2º graus, e disciplinas para a formação para o pedagogo. Contemplando a prática pedagógica em estágio de docência no 3º ano e Prática pedagógica em estágio de supervisão na organização escolar.

Em análise do relatório pela Comissão de Especialistas do Ensino de Pedagogia, que estabeleceu o Parecer n. 599/96, foram definidas algumas convergências segundo o Parecer do Conselho Federal de Educação n. 252/69 e a Resolução do Conselho Federal de Educação n. 02/69 na formação do pedagogo:

[...]a negação de um curso organizado em habilitações separadas; - a negação da concepção tecnicista das matérias da parte diversificada do currículo mínimo; - a restrição do campo de atuação do pedagogo à escola e ao sistema escolar. (UFPR, 1997).

Mesmo com essas diferenças com a legislação vigente da época, o Conselho Nacional de Educação aprova em 03 de novembro de 1997, justificando a necessidade estabelecida pelos Movimentos Nacionais de Formação de Profissionais de Educação em definição de diretrizes nacionais para a formação de profissionais da educação, que fuja da fragmentação das habilitações e tenha articulação na formação docente e do pedagogo.

Conclui que a proposta de reformulação do currículo do Curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná como “[...] mais uma experiência pedagógica [...]”, pois segundo a LDB 4.024/61, no art. 104 “[...] indica a necessidade de reformulação da Resolução CFE n. 02/1969 propiciar que regulamenta o Curso de Pedagogia”. E que “[...] em razão do advento da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, a base legal é o artigo 81” que permite “[...] a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais” (UFPR, 1997).

Essa reformulação curricular foi implementada em 1996, permanecendo em vigor até 2008. A necessidade de mudanças estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia em 2006 fomentou em uma nova Proposta curricular do Curso de Pedagogia.

2.6.2 Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UFPR – 2008

Antes mesmo da promulgação das Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia de 2006, o Setor de Educação (UFPR) começou um processo de discussão sobre a nova estrutura curricular do curso de pedagogia, formando uma Comissão de Reformulação do Currículo do Curso de Pedagogia (CRCCP).

A Comissão de Reformulação do Currículo do Curso de Pedagogia foi formada pelos representantes dos estudantes, pela coordenação do curso e pelas chefias dos três departamentos do Setor de Educação. Para construção desse currículo foi necessário: realizar um levantamento histórico das reformulações do Curso de Pedagogia; coletar depoimentos de professores do curso; analisar outros currículos de Pedagogia em outras instituições; acompanhar as discussões nacionais, através da ANFOPE, ANPED, FORUMDIR, entre outros; estudar as legislações vigentes e as concepções pedagógicas, além de ouvir a comunidade universitária envolvida⁵.

Esses estudos levaram a CRCCP avaliar o currículo vigente e destacar algumas questões a serem alteradas e refletidas:

- Necessidade de Implantação do processo de orientação acadêmica;
- Necessidade de aprofundar a compreensão do conceito de Currículo;
- Articulação entre as disciplinas tendo em vista a organização do conhecimento pelo aluno;
- aprofundamento, reflexão e discussão a respeito de conteúdos que compõem a matriz teórica da matriz curricular;
- dificuldades de estabelecimento da relação teoria/prática no âmbito do Currículo;
- necessidade de institucionalização da relação entre a universidade e campos de estágio;
- necessidade de aprimorar uma prática pedagógica que possibilite o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno;
- dificuldade de consolidação de uma concepção e prática avaliativa condizentes com a proposta pedagógica do curso;
- dificuldades relacionadas à integralização das diferentes disciplinas aos objetivos do curso. (PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO CURRICULAR PARA O CURSO DE PEDAGOGIA, 2007, p. 11).

Diante das reflexões, a CRCCP justificou a construção de uma proposta curricular para o curso de pedagogia que contribuísse para definição da identidade profissional, política e epistemológica da formação do pedagogo. E dentre as quatro concepções historicamente constituídas pelo curso de pedagogia (bacharelado; licenciatura; formador de especialistas; e pedagogo unitário), o Parecer n. 05/2005 privilegia “[...] as dimensões práticas da ação educativa e secundarizam a atuação

⁵ Informações coletadas da Proposta de Reformulação Curricular para o Curso de Pedagogia, UFPR, 2007.

pedagógica, mesmo a docente, reforçando o caráter instrumental da formação pedagógica [...]” e “[...] concentrando o trabalho do pedagogo como professor de educação infantil, série iniciais, magistério, em nível médio e cursos profissionalizantes [...]” (UFPR, 2007).

Depois de um ano da construção da proposta curricular para o curso de pedagogia foi aprovado o currículo pleno do Curso de Pedagogia do Setor de Educação por meio da Resolução n. 30/08 (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE). O currículo apontou para a formação de pedagogos na habilitação Magistério da Educação Infantil, Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na função de Pedagogo Escolar. A estrutura curricular ficou organizada em quatro eixos: contexto histórico e sociocultural, contexto da Educação Básica, Contexto do exercício profissional: saber acadêmico, pesquisa e prática educativa e por fim a disciplinas optativas.

Conforme as Diretrizes Nacionais estabelecem em 2006, o curso apresenta carga horária mínima de 3.200 horas, mas estipula duração mínima de cinco anos para formação do pedagogo. Das 3.200 horas mínimas, 2.580 horas são de disciplinas obrigatórias, 300 horas mínimas para optativas, 110 horas mínimas de atividades formativas e 210 horas para Trabalho de Conclusão do Curso, que anteriormente não era exigido.

O currículo abrange mais temas do que nas propostas curriculares anteriores. Isto devido às mudanças do contexto escolar, das análises das demandas etc. O novo currículo propõe no contexto do exercício profissional, três práticas pedagógicas, a saber: A – Estágio em Docência na Educação Infantil (120 horas), B – Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (120 horas) e C – Estágio Supervisionado na Organização Escolar (240 horas).

3. PAPEL DO PEDAGOGO

A pedagogia como ciência da educação está relacionada a outros campos do conhecimento, como a filosofia, a história, a sociologia, a psicologia, a biologia, entre outras. E também está presente em todos os contextos sociais, não apenas na escola, ou seja, “[...] a pedagogia é elemento cultural no sentido amplo, integra a cultura e é dela referente, além de contribuir para sua socialização” (FERREIRA, 2010, p. 236). E ainda, complementando a etimologia da palavra:

[...] pedagógico é tudo que está implicado na ação de educar, mesmo que ainda não referenciado pela Pedagogia, ou seja, no âmbito do senso comum. Quando o pedagógico está no âmbito da escola, está sobretudo regulamentado, normatizado, além de incidirem sobre determinadas relações de poderes, próprias daquele espaço e daquele tempo, culturalmente elaborados. (FERREIRA, 2010, p. 246).

A pedagogia como teoria e prática da educação, estabelece finalidades e viabiliza processos organizativos, curriculares e docentes para as práticas educativas, mas para além, Franco et al. (2007), refletir para transformar, refletir para compreensão e assim, construção de mudanças das práticas educativas.

Na formação do pedagogo, tendo a docência como base, compreende-se como um ato educativo intencional voltado para o trabalho pedagógico escolar ou não escolar, sendo a prática docente mobilizadora da teoria pedagógica (SCHEIBE, 2007, p. 59).

Segundo Libâneo, a pedagogia trata-se da:

[...] a mediação de saberes e modos de agir que promovam mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem das pessoas, objetivando ajuda-las e se constituírem como sujeitos, a melhorarem a capacidade de ação e suas competências para viver e agir na sociedade e na comunidade. (2006, p. 866).

A escola como sendo uma instância social, constitui-se como um espaço educativo, no qual se possibilita a apropriação do conhecimento científico produzido ao longo da história da civilização humana (SÁ, 1997). Este espaço possui suas especificidades, com objetivo garantir o acesso, o domínio do conhecimento gerado pela humanidade, proporcionando aos indivíduos uma apreensão, incorporação dos conteúdos escolares necessários para seu desenvolvimento intelectual e moral enquanto cidadão.

[...] a escola deve proceder à transmissão sistemática do saber não como um corpo de conhecimento voltado para si mesmo, mas se utilizará o saber como necessário para melhor compreensão dos problemas sociais. (PIMENTA, 1991, p. 155).

Segundo Pimenta (1991), a escola deve transmitir a todas as crianças os saberes que são investidos na vida cotidiana – não só os saberes fundamentais (leitura, escrita e bases matemáticas), mas também os saberes tecnológicos, econômicos e jurídicos (fundamentos do mundo social adulto). Estes devem ser diretamente articulados com a experiência social da criança. Portanto, a escola deve ser estruturada segundo o princípio da diferença, que atuando sobre a população que possui suas particularidades, elevar qualitativamente na sua formação, permitindo que todos saiam da escola com mesmo grau de conhecimento científico.

[...] Os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendidas como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico - político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o(s) professor(es) no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também na articulação entre diversos conteúdos e a busca de um projeto pedagógico-político coerente. (Idem, ibidem, 1991, p. 151)

O trabalho do pedagogo se efetiva por meio da mediação, ou seja, ele faz uma articulação do trabalho pedagógico escolar visando à função social da escola, garantindo que o processo ensino/aprendizagem se efetive dentro de um planejamento e organização que permita que os “saberes” sejam transmitidas com qualidade às novas gerações. Logo, cabe ao pedagogo assegurar, enquanto intelectual engajado e comprometido, a educação.

Neste sentido, compreende-se que no processo educativo, as determinações das responsabilidades pedagógicas escolares vão além da transmissão sistemática do saber, e requer desses profissionais uma atuação unitária, ou seja, pensar, teorizar e interferir.

[...] O pedagogo pode ser um orientador educacional. Seu trabalho enquanto profissional da educação escolar deve se configurar como de mediação entre organização escolar e o trabalho docente de modo a garantir as condições favoráveis à consecução dos objetivos pedagógico-políticos da educação escolar. (PIMENTA, 1991, p160).

Partindo desses pressupostos, a práxis do pedagogo é constituída por inúmeras atuações, tais como: assessoramento ao professor, participando das reuniões pedagógicas com o objetivo de auxiliar no planejamento do ensino,

assessorando no planejamento e seleção dos conteúdos, do material didático e acompanhando o processo de aprendizagem dos alunos. Segundo Pimenta (1991):

[...] O trabalho do orientador educacional é de assessoramento ao professor ensino-aprendizagem, desenvolvido na relação professor-aluno. Requer, portanto, o conhecimento não apenas dos alunos, mas também das condições concretas, pessoais e profissionais dos professores. Este conhecimento implica a compreensão de que professor e orientador têm tarefas diferentes, numa luta comum. (PIMENTA, 1991, p.163).

Suas ações, bem como o trabalho desenvolvido pelo pedagogo, podem ser planejadas objetivando êxito ao longo do processo de ensino/aprendizagem, portanto, a articulação entre os profissionais da escola é fundamental. Buscar compreender as avaliações elaboradas pelos professores se está relacionada com os conteúdos aplicados e a metodologia, identificando o que os alunos estão aprendendo.

Nesse aspecto, é relevante discutir o uso que cada professor faz da avaliação, quais os comportamentos e habilidades exigidas dos alunos. Segundo Pimenta (1991), a análise do índice de aprovação nas diferentes turmas e disciplinas é revelador da prática coletiva e do que precisa ser mudado. Ressaltando que o pedagogo deverá sempre trabalhar a partir do que já existe na escola, pois o existente lhe dará subsídios para discutir, criar, melhorar as próprias condições existentes.

Em sua atuação, o pedagogo deve conhecer o trabalho do docente, bem como os novos desafios presentes na escola, há que se apropriar das novas formas de produção e disseminação do conhecimento, como ferramentas tecnológicas de modo que possa assessorar ao professor, permitindo ao docente uma nova possibilidade de organizar suas aulas.

O pedagogo deve auxiliar o professor na seleção dos conteúdos básicos necessários ao desenvolvimento do educando, organizando e buscando estabelecer uma conexão entre os saberes científico e a prática social global, proporcionando a este educando a ampliação do conhecimento, bem como condições de relacionar as suas particularidades à totalidade, compreendendo que os conteúdos são frutos de uma construção histórica da humanidade, e que os indivíduos são sujeitos que interferem neste meio promovendo as modificações.

[...] Os conteúdos têm objetivos sociopolíticos por isso têm de ser selecionados a partir da prática social, fazendo-se a crítica da prática da prática existente, para que se construa uma prática social transformadora.

Por isso, as fontes para a seleção dos conteúdos são: a natureza primitiva enquanto objeto de conhecimento; a natureza transformada pela ação dos homens (segundo a natureza); relações sociais; o conhecimento em si. (PIMENTA, 1991, p.159).

A pedagogia dá um rumo ao processo educacional, envolvendo uma prática intencional, com planejamento, organização e finalidades para efetivação dos objetivos, que seriam a compreensão e aprendizagem do educando.

O documento recentemente publicado pela Prefeitura Municipal de Curitiba chamado: “Caderno Pedagógico: Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (CURITIBA, 2012) procura caracterizar e descrever o papel do pedagogo na Rede Municipal de Educação de Curitiba. Este caderno se subdivide por dois grandes eixos “O pedagogo e a organização escolar” e “O pedagogo e as rotinas de trabalho”. No primeiro, relaciona as atribuições dos pedagogos às formalidades desta responsabilidade, e indica quais funções deve der frente ao Conselho de escola, Projeto Político-pedagógico, Regimento Escolar, Ciclos de aprendizagem, Educação em Tempo Integral, Educação Infantil e Educação Especial. Já o segundo eixo, diz respeito “[...] aos aspectos rotineiros do trabalho no cotidiano escolar” (CURITIBA, 2012, p. 12), que por sua vez conta com o Plano de ação do Pedagogo, Formação continuada, Planejamento, Plano de apoio pedagógico, Livro Didático, Avaliação, Processos de Regularização da Vida Escolar do Estudante e Rede de proteção.

No Conselho de escola, é designado ao pedagogo organizar e coordenar os seguimentos, promovendo reuniões, participando das reuniões convocadas, divulgar as decisões e auxiliar o Diretor na execução das tomadas de decisões, sempre de forma democrática e buscando o interesse coletivo.

O projeto político-pedagógico deve ser coordenado pelo pedagogo, mas mobilizado e construído coletivamente, por isso, fruto dos objetivos que a comunidade escolar deseja como referência, levando em conta os documentos referenciais da Secretaria de Educação. Após a construção do documento, acompanhar a efetivação e aprovação. Assim como o Regimento escolar, que faz parte das responsabilidades do pedagogo e é importante para organização escolar, para tanto, se faz necessário a construção coletiva com a comunidade escolar e estar de acordo com o projeto político-pedagógico, avaliando constantemente a prática pedagógica e administrativa.

As atribuições do pedagogo acerca dos ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental, estruturado em quatro ciclos (Ciclo I – 1º, 2º e 3º anos, Ciclo II – 4º e 5º anos, Ciclo III – 6º e 7º anos e Ciclo IV – 8º e 9º anos), devem ser o acompanhamento desses ciclos, organizando os números de estudantes nas turmas; compor a documentação pedagógica de cada estudante, com fichas individuais; organizar os momentos de permanência dos professores; orientar e acompanhar os planejamentos dos professores, assim como a efetivação desses planos de aula e o preenchimento dos Pareceres Descritivos Individuais; realizar os Conselhos de classes periodicamente; verificar os registros individuais e auxiliar nos encaminhamentos dos alunos, como a equipe multidisciplinar ou as avaliações clínicas e, articular transferências e acompanhamentos da frequência dos alunos.

Em cada especificidade da educação das modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou na oferta da Educação em Tempo Integral e atendimento da Educação Especial, o pedagogo terá que abranger suas tarefas, como estudar os documentos e concepções de cada modalidade, participar dos planejamentos das ações pedagógicas, orientando os professores e educadores nesse sentido, acompanhando permanências, reuniões pedagógicas com os docentes e articulação da família e da escola.

O plano de ação do pedagogo deve girar em torno dos conceitos do projeto político pedagógico, do Regimento Escolar e do Plano de gestão escolar, para alcançar os objetivos estabelecidos, e para isso, elaborar esse plano de ação da equipe pedagógica é essencial. Essa elaboração pode ser escrita ao final do ano letivo anterior, para estruturação do cronograma do ano seguinte, situando as ações, os responsáveis, qual período e quais procedimentos. Este plano de ação pedagógico envolve a organização do setor pedagógico, dispondo dos documentos oficiais da escola e outros pertinentes a comunidade escolar, orientar a organização dos tempos escolares, como a permanência, utilização de laboratórios e bibliotecas, entre outros, realizar os registros das fichas individuais dos alunos com históricos e atas da vida escolar do estudante, separando por turmas e mantendo organizado e acessível.

Também é de responsabilidade do pedagogo planejar e coordenar o processo de formação dos professores, como as permanências, reuniões pedagógicas, cursos, grupos de estudos, entre outros, para efetividade da práxis

educacional, promovendo a atualização constante e reflexão do desenvolvimento das atividades e docência.

O pedagogo deve subsidiar o professor nos processos de avaliação, tanto no Conselho de Classe quanto nos planos de aulas, ou no plano de apoio pedagógico, que reflete em pequenas ações como a escolha do livro didático, que é organizada pelo pedagogo e proposto como um dos recursos pedagógicos e não único.

Para complementação do acompanhamento do ensino-aprendizagem dos alunos, o pedagogo tem o encargo de acompanhar e avaliar o estudante junto com o professor para o processo de classificação por promoção e transferência e reclassificação avaliada por uma comissão. Esse acompanhamento também integraliza a prevenção de ações (promovida e organizada por toda comunidade escolar) relacionada à violência, e em caso de identificação, realizar abordagem cuidadosamente e criteriosamente, encaminhando devidas providências.

Tais atribuições do pedagogo, formalizada pela Secretaria de Educação de Curitiba, evidencia uma atuação no acompanhamento de todos os processos do aluno na sua vida escolar de estudante, não necessariamente sendo professor desses alunos. Essa otimização do pedagogo consiste na superação do pedagogo especialista e ascensão da formação unitária.

Esta concepção visualiza as diferentes realidades escolares e frente disso:

A tarefa do pedagogo como mediadora, articuladora e transformadora, é difícil, visto que não há fórmulas prontas a serem seguidas na criação de soluções adequadas para cada dilema da realidade escolar e, também, porque mudar práticas pedagógicas não se resume a um trabalho apenas técnico, mas implica em reconhecer limites, enfrentamentos e inseguranças no próprio trabalho. (CURITIBA, 2012, p. 9).

Neste sentido, o pedagogo pode exercer suas funções tendo em vista a realidade e especificidade de cada universo escolar, dando ênfase à criatividade nas ações pedagógicas, pois “[...] as mudanças ocorridas na sociedade e na educação trazem em seu entorno o debate e a busca de novos caminhos para, mais que definir a função do pedagogo na escola, buscar as possibilidades criativas de sua atuação” (CURITIBA, 2012, p. 9).

4. EDUCAÇÃO INFANTIL E A AÇÃO PEDAGÓGICA

A Educação infantil por se constituir como a primeira etapa da Educação Básica possui algumas particularidades, logo, suas ações pedagógicas também devem ser compostas por atribuições específicas.

[...] A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB, 1996, p.60)

Ao valorizar a infância, a norma legal aponta para o desenvolvimento humano da criança, indicando uma formação atenta a cada uma das formas de expressão das crianças como seres humanos em processo de formação humana.

Cada vez mais cedo as crianças de 0 a 5 anos adentram as escolas ou em instituições educativas. Sarmiento (2004) afirma que a “[...] institucionalização educativa da infância [...]” termo utilizado por ele, se deu devido às crianças passarem boa parte do seu tempo diário em instituições educativas.

[...] As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (MEC, 2009, p.3).

Verificamos um esforço na área de educação infantil em definir as finalidades específicas do trabalho com as crianças de zero a cinco anos e, esta “luta” vem de longa data, composta por: pesquisadores, professores e gestores. Embora os momentos sejam marcados por altos e baixos, ou seja, nem sempre encontra apoio das demais áreas do conhecimento, é por meio dos fóruns acadêmicos, simpósios nacionais de Educação Infantil que algumas conquistas tem se consolidado, como por exemplo: o documento publicado pelo (MEC) Ministério da Educação “Critérios para um atendimento em Creches que Respeite os Direitos fundamentais das Crianças”(1997). Esse documento tornou-se, ao longo dos anos, uma referência para área de Educação Infantil, pois sistematizava, por meio de doze critérios, um conjunto de acordo para com as crianças nas instituições de educação infantil, com uma linguagem direta e propositiva, sendo eles:

[...] Nossas crianças têm direito à brincadeira; Nossas crianças têm direito à atenção individual; Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante; Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza; Nossas crianças têm direito à higiene e à saúde; Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia; Nossas crianças têm direito desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Nossas crianças têm direito ao movimento em espaço amplo; Nossas crianças têm direito a proteção, ao afeto e à amizade; Nossas crianças têm direito expressar seus sentimentos; Nossas crianças têm direito a uma atenção durante o período de adaptação à creche; Nossas crianças têm direito desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa. (MEC/SEF/COEDI, 1997, p.11).

As Instituições de Educação Infantil são o primeiro espaço de educação fora do contexto familiar, e tem uma função sociopolítica e também pedagógica, aspectos bem específicos que podemos observar por meio do Parecer:

[...] A função das instituições de educação Infantil, a exemplo de todas as instituições e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve ao projeto de sociedade democrática desenhada na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I), com responsabilidade no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada. (MEC, 2009, p.4).

Com o objetivo de garantir a efetivação de tais propostas para a educação Infantil, muitas discussões ocorreram em torno da formulação de um Currículo para tal modalidade, mas, devido às especificidades da Educação Infantil e a proposta de Currículo estar relacionada à escolarização do Ensino Fundamental e Médio, optou-se pela utilização de outras expressões quando se trata de proposta Curricular para a Educação Infantil, sendo: Proposta pedagógica ou Projeto pedagógico.

Um plano orientador das ações da instituição, definindo metas a serem contempladas, tendo como objetivo o desenvolvimento dos meninos e meninas que nela são educados e cuidados. Na execução, as instituições de Educação infantil organizam suas práticas educacionais em torno do conhecimento, de modo a preservarem as relações sociais no espaço e construção da identidade das crianças. Deste modo,

[...] O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas articuladas as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e outras crianças, afetam a construção de suas identidades (MEC, 2009, p.5).

Esse período da vida da criança atendido pela Educação Infantil é marcado por inúmeras aquisições: a fala, a formação da imaginação, capacidade de representar, brincar de fazer de conta e outras. Nesse sentido, cabe a instituição de Educação Infantil representada pelas ações pedagógicas assegurar às manifestações, bem como seus desejos e curiosidades, desenvolvendo práticas educativas que valorize as escolhas das crianças, os trabalhos individuais e coletivos; proporcionarem às crianças possibilidades de aprendizagem, conhecimento de si, e do mundo, conhecendo diferentes culturas e aprendendo a respeitá-las.

[...] As práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências, na sua compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos, no conhecimento que constrói na relação intrínseca entre razão e emoção, expressão corporal e verbal, experimentação prática e elaboração conceitual (MEC,2009, p. 8)

Neste sentido, por meio dos planejamentos e das atividades educativas que favoreçam a formação das crianças na Educação Infantil será essencial para o desenvolvimento infantil. E o acompanhamento pedagógico deverá ser de suma importância para organização da Educação Infantil.

O pedagogo realiza um trabalho de mediação, aliando teoria e prática. Por meio da organização do espaço escolar ele auxilia os educadores, de modo a proporcionar a construção do conhecimento, mas, suas atribuições não se resumem apenas nisso. Segundo o documento “Caderno Pedagógico: Subsídio à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba” (CURITIBA, 2012) cabe ao pedagogo junto à Educação Infantil:

[...] Articular, na escola, o trabalho pedagógico realizado na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. [...] Acompanhar o trabalho desenvolvido em sala, levantando questões que sejam pertinentes ao trabalho do professor para as respectivas orientações em permanência.[...] Organizar o horário de permanência dos professores de forma a garantir espaços de reflexão/ ação intervenção na Educação Infantil.[...] Promover momentos de estudos e trocas de experiências, contribuindo com encaminhamentos metodológicos e procedimentos avaliativos articulados à concepção de Educação Infantil da SME. [...] Participar, mensalmente, da supervisão com o pedagogo de referência do NRE, mediante pauta definida previamente.[...] Conhecer os documentos(MEC e SME) norteadores do trabalho na Educação Infantil para orientar os professores.[...] Organizar e coordenar as reuniões pedagógicas da unidade escolar selecionando temas relativos ao trabalho didático-pedagógico, visando ao estudo, análise e aperfeiçoamento das práticas docentes na Educação Infantil. (Curitiba,2012,p.43)

Por meio dessas atribuições, observamos que a atuação do pedagogo nas intuições de Educação Infantil é fundamental, pois ao mesmo tempo em que ele orienta professores e educadores nos planejamentos das atividades, também organiza o espaço escolar de modo que tal planejamento seja efetivado, sem, contudo deixar de atender os principais agentes desse processo: as crianças em suas particularidades e necessidades, envolvendo as famílias dessas crianças de forma a envolvê-las no seu desenvolvimento psico-sócio-cultural.

5. PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE

O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa (ANDRÉ, 1986; MONTEIRO, 1991) e foi desenvolvida com a intenção de caracterizar e analisar o papel do pedagogo na Educação Infantil. Para isso, buscamos entrevistar quatro pedagogas que atuam na Educação Infantil, sendo duas da rede pública e duas da rede privada. Selecionamos as escolas entrevistadas de forma aleatória. Escolhemos um dos nove Núcleos Regionais de Educação de Curitiba (NRE) e, a partir daí, 4 escolas pertencentes à jurisdição deste NRE. Neste caso, foi o Núcleo Regional do Boqueirão, situado na região sudoeste do município de Curitiba que atende os bairros: Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim.

A partir dos estudos que realizamos no capítulo 1 e 2, elaboramos um questionário enquanto instrumento de coleta de dados (ver apêndice). Conforme as respostas dadas pelas pedagogas, fomos caracterizando e analisando o trabalho do pedagogo frente à Educação Infantil.

Durante a pesquisa desenvolvida nas quatro escolas pesquisadas: Escolas Violeta e Tulipa (CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil - Pública), Escola Margarida e Rosa⁶ (Centro de Educação Infantil – Privada), fomos muito bem acolhidas pelos profissionais. As entrevistas se pautaram pelas questões formuladas com o objetivo de conhecer o trabalho pedagógico desenvolvido pelas pedagogas, seu preparo para a função e os seus desafios na Educação Infantil. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas.

5.1 Entrevistas com as pedagogas dos CMEIs Violeta e Tulipa

A pedagoga do CMEI Violeta, Márcia⁷ e a do CMEI Tulipa, Rosane estão atuando na Educação Infantil há dez anos e suas tarefas priorizam essencialmente a formação e o atendimento das professoras e educadoras, “[...] minha principal função aqui é a formação em serviço da minha equipe” (Rosane, CMEI Tulipa), “[...] é essa a prioridade, primeiro a permanência, mais as outras tarefas que acontece no CMEI” (Márcia, CMEI Violeta).

⁶Nomes fictícios para preservar a identificação das escolas pesquisadas.

⁷Os nomes são fictícios para preservar a identidade das pedagogas entrevistadas.

Dada a importância para o preparo e auxílio aos professores/educadores durante a permanência, primordialmente, as tarefas das pedagogas se relacionam com o planejamento e a formação continuada:

[...] o acompanhamento do trabalho, orientações específicas com relação ao trabalho, e sou eu, na verdade, um ponto de apoio, porque eu faço a formação com elas, mas é a mim que elas recorrem quando elas precisam de alguma coisa. Então, a função do pedagogo, é essa mesmo, de ser um ponto de apoio, é uma pessoa para quem elas vão buscar ajuda. (Pedagoga Rosane – CMEI Tulipa).

[...] ajudo no planejamento, orientando, conferindo e assim, garantindo que se efetive o plano anual, que nós temos um plano anual de atividades. Então, aqui no CMEI, a gente já elaborou o plano de atividades para todas as áreas de formação... Então, eu estou garantindo que elas estão efetivando essa sequência já planejada, se existe alteração a ser feita, porque não está sendo efetivado, o que precisa para garantir isso. Meu trabalho junto a elas é basicamente esse, a formação. (Pedagoga Márcia – CMEI Violeta).

Na fala das pedagogas, observa-se a indicação do gênero feminino quando falam de professor(a)/educador(a) por se tratar apenas da existência de professoras e educadoras nas escolas.

Nos dois CMEIs da rede pública, não existe uma coordenação ou vice-diretora, e sim uma parceria da diretora com a pedagoga, e nesse sentido, o que a pedagoga precisar de ajuda da diretora ou vice-versa, elas dialogam e organizam juntas as tarefas administrativas e pedagógicas. As pedagogas tem participação ativa nos conselhos de classe.

Suas rotinas quanto à comunidade escolar são parecidas, por participarem da Associação de Pais, Professores e Funcionários - APPF⁸, e atenderem a comunidade na seleção dos futuros alunos (o ingresso dos alunos não é por ordem de chegada da inscrição, mas sim por ordem de prioridade/necessidade). Os pais/responsáveis são chamados para reuniões semestrais ou quando é necessário para atendimento ao aluno.

A avaliação do desempenho dos alunos é realizada através de pareceres descritivos semestrais e acompanhamento semanal com as professoras/educadoras, orientando a escolha de livros/materiais:

[...] Em relação à avaliação da aprendizagem no CMEI, ela é realizada por meio de parecer descritivo a cada semestre. Mas, para essa avaliação acontecer, eu estou sempre acompanhando as meninas durante as

⁸ Promove a integração da família, da escola e da comunidade, no trabalho comum escolar, organizando atividades esportivas, culturais e sociais.

permanências. Então, assim: como é que está esse planejamento? Ele aconteceu? O que deu certo? O que deu errado? Como estão as crianças? Nós pedimos muitas filmagens, de vários momentos da rotina: uma roda da conversa, filmar para ver como está a fala da criança, porque a partir dessa filmagem, desse relato, elas vão montando o parecer, que é a avaliação da criança, né. E aí, nesses momentos, a gente vai percebendo: - Olha essa criança, não participa da roda de conversa, por quê? Ela tem vergonha? Ela fala direito? Como é a articulação da fala dela? E a partir dessas avaliações, realizamos os encaminhamentos necessários, às vezes, com a família, ou às vezes, só dentro do CMEI, orientando os educadores que ajam dessa forma. – Que tal um planejamento voltado para esse tipo de estímulo? Se as crianças não gostam de se expor, então vamos pensar em alguma coisa que ela possa se expor através de uma música, e não só através da conversa. Eu vou avaliando de acordo com o planejamento que está sendo executado. (Pedagoga Márcia – CMEI Violeta).

As pedagogas realizam uma tarefa importante na formação continuada dos profissionais atuantes na escola. Duas vezes ao mês, elas tem reunião com as pedagogas do Núcleo Regional de Educação, que ofertam cursos, palestras, discussões, materiais de apoio e que elas repassam para as educadoras/professoras. E também, cabe a estas pedagogas encaminhar e organizar para cursos externos ao CMEI.

Para elas, o acompanhamento da vida do estudante é contínuo, normalmente desde o berçário até o pré-escolar, tanto em relação à aprendizagem e desenvolvimento escolar e social, quanto aos cuidados familiares, à saúde e a higiene do aluno. Casos de rede de proteção do aluno são discutidos junto com a diretora, para devidos encaminhamentos.

Quando questionamos sobre a formação inicial das pedagogas em relação à prática na Educação Infantil, ambas evidenciaram uma boa formação, mas que a prática foi essencial para formação de pedagoga:

[...] Enfim, nos vários segmentos da educação, e eu posso dizer para você, meu curso foi bem puxado e foi o que realmente me deu base, não me ensinou tudo, porque a prática é que faz a gente, né? (Pedagoga Rosane – CMEI Tulipa).

[...] Na pedagogia, a gente aprende muito mais a teoria, né? Você discute muito mais as teorias, as concepções de educação, da infância. Mas, eu vejo assim, que a prática da pedagogia não é... não capacita da forma que a gente gostaria. Eu gostei muito do curso, eu aprendi muita coisa. Me capacitou mais, de repente, para passar no concurso do que para atuar em si, e você só aprende a atuar atuando, né? Tanto professor, quanto pedagogo. (Pedagoga Márcia – CMEI Violeta).

Quanto aos desafios de sua atuação profissional na Educação Infantil, a pedagoga Rosane considera um desafio pessoal dar um bom desempenho no

trabalho como pedagoga, em segundo lugar, mostrar para as famílias a importância da educação Infantil, em ser um trabalho de equipe, e o CMEI não representar um “depósito”, “elas acham que aqui é o lugar onde as crianças ficam para elas irem trabalhar, e não é isso”. Já a pedagoga Márcia, observa que o maior desafio do seu trabalho como pedagoga, é a carga horária das educadoras, que muitas vezes ficam sozinhas com trinta e duas crianças de maternal na troca de professoras, e se uma falta, a pedagoga tem que organizar o quadro de educadoras/professoras para que nenhuma sala fique sem atendimento.

No que se refere às atribuições gerais das pedagogas dos CMEIs, de acordo com o roteiro de perguntas do questionário (ver apêndice), verificamos certa semelhança nas respostas. As atribuições e os desafios dos pedagogos que atuam na rede pública e nas instituições privadas se assemelham às funções descritas no documento: Caderno Pedagógico: Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba(CURITIBA, 2012).

5.2 Entrevistas com as pedagogas dos CEI Margarida e CEI Rosa

As pedagogas das escolas privadas pesquisadas atuam há menos tempo na função de pedagoga do que as pedagogas entrevistadas dos CMEIs. A pedagoga Vanessa, do Centro de Educação Infantil Margarida, está há quatro anos, e a pedagoga Tereza, do Centro de Educação Infantil Rosa, está na função há sete anos.

As prioridades dessas pedagogas se assemelham: a da pedagoga Vanessa consiste principalmente em “[...] auxiliar os professores... para planejamento, para que as atividades ocorram de maneira tranquila e conforme o esperado, depois atender os alunos”. A pedagoga Tereza evidencia que seu trabalho na escola é o “[...] acompanhamento e orientação do trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras com base no plano de ensino anual e análise do desempenho escolar dos alunos, observando seu desenvolvimento integral nos aspectos cognitivo, social e emocional”.

Os dois Centros de Educação Infantil focam a relação de respeito entre as crianças e a socialização. Quando necessário é realizado os encaminhamentos para família ou outros profissionais.

Juntos aos professores, elas organizam o plano de ensino anual em comum ao grupo de professores, orientam o planejamento quinzenal, prevendo as intencionalidades e as situações de aprendizagem pensadas pela equipe de professores, sugerindo ações que possam contribuir para a efetivação do planejamento. Analisam individualmente a ação docente na turma, sugerindo mediações que visem à aprendizagem.

Para a pedagoga Vanessa, o trabalho pedagógico com a direção, fica mais restrito às reuniões escolares e a organização da formação continuada dos professores. E no Centro de Educação Infantil Rosa, a pedagoga Tereza lembra que “desenvolve em parceria com a direção a documentação pedagógica da escola tais como: PPP, Regimento escolar, Guia do aluno, planos de ensino anuais, projetos anuais, entre outros...” As reuniões como Conselho Escolar e Conselho de classe tem efetiva participação das pedagogas, e escutam a opinião dos pais e comunidade escolar, para que a escola melhore sempre, sem sair do “foco pedagógico e a filosofia da escola” (Pedagoga Vanessa).

Sobre a avaliação na escola:

[...] na Educação Infantil, a avaliação é feita através de relatos narrativos. Então, a professora, ao final de cada trimestre, dá um relato de cada criança tudo aquilo que ela desenvolveu. Até o primeiro ano, a gente não faz avaliação escrita. Durante o processo de aprendizagem, a criança uma auto avaliação, se gostou da atividade, se ela não gostou, o que a criança mudaria com na atividade, o que ela aprendeu com aquilo... Então, para fazer a avaliação, a gente faz uma avaliação descritiva que é entregue aos pais essa avaliação descritiva de cada aluno. (Pedagoga Vanessa CEI Margarida).

[...] acompanhamento do desenvolvimento individual dos alunos por meio da documentação pedagógica: portfólios, pautas de observação, atividades de sondagens. Análise do desempenho do aluno por meio da conversa individual com o professor e revisão do parecer descritivo semestral.” (Pedagoga Tereza – CEI Rosa).

As duas entrevistadas quando questionadas sobre a formação continuada centralizaram na formação externa para educação:

[...] nós não temos, nós temos as reuniões no final de tarde com todas as professoras, né, que é uma reunião para estudo pedagógico. E a cada seis meses, a gente tem uma semana de encontro com os professores, para cursos, para palestras... Duas vezes ao ano contratamos pessoas para vim dar palestras para os professores... Mas, daí eles vem e falam direto com os professores. (Pedagoga Vanessa – CEI Margarida).

[...] em relação à formação continuada de professores: levantamento das necessidades específicas de cada professor e do grupo de professores e posterior encaminhamento a cursos de formação internos tais como palestras, conferências ou ainda externas como pós-graduação, congressos, simpósios, etc [...] (Pedagoga Tereza – CEI Rosa).

A pedagoga Vanessa obteve várias formações: magistério superior com ênfase na Educação Infantil, licenciatura em matemática e por fim, pós-graduação em Psicopedagogia: “então, qual delas me garantiu para trabalhar com Educação Infantil? Acredito que todas, né.” Já a pedagoga Tereza, acredita que a formação dela proporcionou “somente condições teóricas”, exigindo a formação continuada para uma dimensão mais abrangente.

Os desafios frente à escola na sua atuação para a pedagoga Vanessa são os conflitos de valores trocados em casa e na escola:

[...] cada família tem sua maneira de viver e ela traz essa influência para dentro da sala de aula. Que essa influência seja positiva, ótimo! Mas, que ela não traga influência... que essa influência possa ajudar par inclusão, né, sempre unir, sempre agregar, acrescentar, não dividir... que não seja nada preconceituoso. Então, eu acho que o maior desafio é esse, quando existe dentro da família um conceito preconceituoso e aí a gente tem que trabalhar com o a criança e com a família junto isso. Quando é da família, isso vem enraizado, é difícil você transformar, esse é o maior desafio (Pedagoga Vanessa – CEI Margarida).

Já para a pedagoga Tereza, o desafio é o atendimento da comunidade escolar com qualidade:

[...] atender as necessidades da comunidade escolar, alunos, professores, direção e pais. Penso que os principais desafios sejam: estar em constante atualização, o que requer dedicação e reflexão sobre a teoria e a prática pedagógica e a organização do tempo para realizar adequadamente todas as demandas necessárias garantindo oferecer à criança as mais significativas experiências (Pedagoga Tereza – CEI Rosa).

Percebemos que a preocupação dessas pedagogas está na socialização entre os integrantes da escola e a família, as relações da comunidade escolar.

5.3 Análise do pedagogo nos diferentes contextos: escola pública e privada

A Educação Infantil por si só representa uma necessidade na vida da criança por oferecer experiências que permitam que a criança desenvolva todas as suas potencialidades. Nesse sentido é necessário que ela seja repleta de vivências significativas que ampliem a visão de mundo da criança e possibilitem que ela se desenvolva a partir da sua interação com o outro e com o meio.

Nessas escolas pesquisadas, verificamos o que a Educação Infantil representa um direito na vida de uma criança, segundo as pedagogas dos CMEIs, e base para formação, segundo as pedagogas na rede privada:

[...] primeiro é um direito dessas crianças, né? Acho que é um dever do Estado mesmo, porque é a primeira etapa da educação que essas crianças tem, e precisa ter muita qualidade. Precisa ser muito boa, precisa ser assim nota 10 porque é importantíssimo para o desenvolvimento da criança. (Pedagoga Rosane – CMEI Tulipa)

[...] a Educação Infantil é a base de tudo, uma criança que participa da Educação Infantil é uma criança independente, mais ativa, com mais autonomia, ela aprende a respeitar o próximo... ela desenvolve melhor as atividades do dia-a-dia. Além de ser pedagoga na escola, eu tenho três filhos que participa da Educação Infantil, então é visível o desenvolvimento deles. (Pedagoga Vanessa – CEI Margarida)

Para esse desenvolvimento da criança e a qualidade na Educação Infantil, o trabalho pedagógico é essencial:

[...] Os pedagogos dominam a sistemática e intencionalmente as formas de organização e funcionamento da escola que melhor propiciem a transmissão e assimilação ativa dos conhecimentos. Para esta tarefa os pedagogos tem conhecimentos específicos sobre os processos de ensino, organização didática, finalidades sociopolíticas dos conhecimentos e métodos. Há, pois, uma esteira para trabalhos conjuntos entre professores e pedagogos. (PIMENTA, 1989, p.58).

Independente de qual rede o pedagoga trabalha, evidencia a importância da assessoria ao professor, principalmente porque as atribuições passadas pelo pedagogo serão mediadas pelo professor ao aluno:

[...] Neste processo, o orientador educacional e professor em conjunto refletirão sobre a relação ensino-aprendizagem que ocorrem em sala de aula, em suas nuances, identificando aspectos que necessitem de ampliação, aprofundamento ou modificação, de modo a garantir a construção do conhecimento do aluno em direções cada vez mais consistentes com os objetivos propostos. (PLACCO, 1994, p. 30).

A formação desse pedagogo se efetiva na prática escolar, como indica os depoimentos das pedagogas entrevistadas. Mas, por outro lado, essa formação nunca se encerra, é contínua durante a atuação deste pedagogo.

“[...] O pedagogo escolar, neste contexto, situa-se como um profissional que precisa estar inserido no processo de formação contínua, buscando o seu próprio desenvolvimento profissional, da mesma forma que também se constitui como formador dos professores com os quais trabalha na escola. Assim, ele precisa estar atento às necessidades diferenciadas de formação dos profissionais, as quais se relacionam com a fase da vida profissional de cada um e com o processo de formação que já vem sendo desenvolvido.” (CURITIBA, 2012, p. 70).

Os desafios dessa profissão na atuação na Educação Infantil, seja na rede pública, seja na rede privada, se assemelham na preocupação de representar uma

pedagoga competente, para efetivar uma educação de qualidade, em tudo que envolve essas relações na comunidade escolar.

Verificamos tarefas similares nos CEIs e CMEIs, mas com públicos e direcionamentos de cobranças diferentes. Tal afirmação se destaca nas tarefas citadas pelas escolas, e quando as pedagogas dos CMEIs apresentam as reuniões mensais com o Núcleo Regional cobrando das pedagogas a formação pedagógica e suas responsabilidades frente aos CMEIs. Já na esfera privada, evidencia-se na fala das pedagogas uma cobrança familiar em relação às suas atribuições.

A pesquisa permitiu-nos verificar a dimensão real do papel do pedagogo na Educação Infantil, das escolas públicas e privadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por a escola ser uma instância social onde se possibilita a apropriação do conhecimento científico produzido pela humanidade, e ser, principalmente, um espaço de direito do educando, necessita-se de um agente mediador desse conhecimento, de modo que o educando aproprie-se dos conteúdos necessários para o seu desenvolvimento cognitivo e social.

Verificamos que o pedagogo tem na sua formação aspectos fundamentais que lhe instrumentalizam para o papel de formador, de orientador, de mediador entre o acervo cultural, científico produzido pela humanidade e a organização do trabalho da escola com a função de formar as novas gerações.

A práxis do pedagogo é constituída por inúmeras tarefas, mas essencialmente, ele desenvolve na escola: o assessoramento ao professor; articula o planejamento de ensino; assessora o professor no planejamento dos conteúdos; acompanha o processo ensino/aprendizagem dos alunos e demais situações presentes na escola.

Compreendemos que a Pedagogia, enquanto a ciência que estuda a educação, norteia o processo educacional com práticas intencionadas, com planejamento, organização e finalidades, e tais concepções são evidenciadas por meio das entrevistas que realizamos nesta pesquisa.

As entrevistas nos possibilitaram perceber que a formação inicial contribuiu na fundamentação teórica das profissionais entrevistadas, entretanto, reforçaram que a atuação profissional lhes proporcionou um aprendizado efetivo da ação pedagógica na Educação Infantil.

Entendemos que a atribuição do pedagogo na rede pública se caracteriza principalmente ao apoio dos professores/educadores na sua formação, na articulação dos planejamentos para cumprimento dos objetivos escolares e, sobretudo, no auxílio na mediação do conhecimento para as crianças. Isto se evidencia na fala das duas pedagogas e demonstra importância na organização escolar, tendo em vista que as crianças precisam de atenção e olhar minucioso para o seu crescimento. Representa que estes pedagogos estão a par do processo de

desenvolvimento dos seus alunos, e se preocupam com a qualidade desse processo.

Compreendemos que o papel do pedagogo na escola particular também se configura no planejamento escolar envolvendo a formação e atendimento dos professores/educadores. Essas escolas particulares tem como projeto escolar no trabalho do pedagogo a organização de atividades que inspirem socialização dos alunos, o acompanhamento do seu desempenho escolar, sempre atentos ao que as crianças tem a dizer (no processo de auto avaliação do aluno e se tem prazer na realização das atividades) e que os pais/familiares discernem deste papel na escola.

Após analisar e compreender como se efetiva o desenvolvimento das funções do pedagogo, segundo as entrevistas nas escolas e em diferentes contextos e perspectivas, percebemos que há relevância no desempenho e acompanhamento do aluno e essencialmente do professor no trabalho desse pedagogo. A mediação do conhecimento se efetiva através da parceria pedagogo-professor, e há uma atenção priorizada no seu papel como pedagogo. A formação continuada desses profissionais que atuam em ambas as redes de ensino são dependentes e responsabilidade dos pedagogos, mesmo que aprendizados no dia-a-dia ou até cursos externos.

Tanto na rede pública, quanto na rede privada, os desafios dessas pedagogas para efetivação deste papel, se apresentam como uma preocupação da concretização de um bom trabalho pedagógico, de modo que os objetivos propostos pelas instituições sejam contemplados.

Constatamos nesta pesquisa de campo que, tanto na rede privada, quanto na rede pública, a preocupação dessas profissionais é aproximar permanentemente a família da instituição-escola. Seu objetivo nessa articulação com a família das crianças é conscientizá-las de que a Educação Infantil é importante para o desenvolvimento psico-sócio e cultural da criança, além de ser um direito da criança.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. & LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. Decreto n. 72.782, de 12 de Setembro de 1973. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Paraná. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 set. 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em 12/08/2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Do Parecer no tocante à revisão das Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil, cujo embarque tenha ocorrido antes da publicação do Decreto-lei n. 2009, de 09 de dezembro de 2009. Parecer normativo, n. 20, de 2009. Relator: Raimundo Moacir Mendes Feitosa.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. In: OLIVEIRA, R. P de e ADRIÃO, (orgs.) **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2ed. São Paulo, Xamã, p.147-164, 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**/Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. Brasília: MEC/SEF/DEP/COEDI, 1997.

_____. Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Diário Oficial da União, n.92, seção I, p.11-12, 16 de maio de 2006.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas, Papirus Editora, 1996.

COLARES, Aglair da Cruz. **O curso de Pedagogia da UFPR frente ao compromisso social da Universidade: ensino, pesquisa e extensão**. Mestrado, Curitiba 1988.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE PEDAGOGIA. **Proposta de diretrizes curriculares para o curso de pedagogia**. Brasília, MEC, Sesu, 1999, mimeo.

FERREIRA, L. S. **Pedagogia como ciência da educação: retomando uma discussão necessária.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 91, n. 227, p.233-251, janeiro/abril de 2010.

UFPR. Setor de Educação. GRUPO ARTICULADOR DA REFORMULAÇÃO CURRICULAR. **Proposta de Reformulação Curricular para o Curso de Pedagogia: Breve Histórico do Curso de Pedagogia.** UFPR / Setor de Educação / Coordenação de Pedagogia, 2007.

LARROYO, F. **História geral da pedagogia.** 2. ed. São Paulo, Mestre Jou, v. 2, 1974.

MONTEIRO, R. C. **A pesquisa qualitativa como opção metodológica.** Proposições, Campinas, n.5, agosto de 1991.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **O papel do pedagogo na escola.** Revista Nova Escola. São Paulo, n.34, ano 4, p. 58, outubro de 1989.

_____. **Uma proposta de atuação do orientador educacional na escola pública.** In: PIMENTA, Selma Garrido. O pedagogo na escola pública. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 147-182.

PLACCO, V. M. de S. **Formação e prática do orientador e do educador.** Papirus Editora, Campinas, 1994.

CURITIBA. SME. **Subsídios à organização do trabalho pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.** Curitiba. PMC/SME, 2012, 137p.

RIBEIRO, J. da S. **Interdisciplinaridade.** Informática na Educação: teoria & prática. Porto Alegre, v.8, n.2, p. 21-34, julho/dezembro de 2005.

SÁ, R. A. de. **A construção do Pedagogo superando a fragmentação do saber.** 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

SAVIANI, D. **História da história da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário.** Eccos, Revista científica. São Paulo, v. 10, n. Especial, p. 147-168, 2008.

_____. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade.** Cadernos de pesquisa. São Paulo, v. 37, n. 130, p. 99-134, janeiro/abril de 2007.

_____. **Sentido da Pedagogia e o Papel do Pedagogo.** ANDE. São Paulo, Cortez, n. 9, ano 5, p.27-28, 1985.

SCHEIBE, L. Diretrizes **curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa.** Cadernos de pesquisa. São Paulo, v. 37, n. 130, p. 43-62, janeiro/abril de 2007.

SILVA, C. S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade.** Campinas, Autores associados, 2003.

SOUZA, G. de. **Educação da Infância – estar junto sem ser igual! ...** Educar. Curitiba, Editora UFPR, n. 31, p. 17-31, 2008.

VIEIRA, S. da R. **A trajetória do curso de pedagogia - de 1939 a 2006.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PEDAGOGIA, 1, 2008, Cascavel; SEMANA DA PEDAGOGIA, 10, 2008, Cascavel. Cascavel: Unioeste, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2013.pdf>>. Acesso em 21/08/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Educação. **Proposta de Reformulação Curricular para o Curso de Pedagogia.** Curitiba, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Educação. **Regimento setorial.** Curitiba, 1973. Disponível em: <http://www.educacao.ufpr.br/wp-content/uploads/2011/11/RegimentoSetorED.pdf>. Acesso em: 01/09/2013.

APÊNDICE

Entrevistas⁹

Questões

1. Qual é o tempo de trabalho na função de pedagoga na Educação Infantil?
2. Em qual rede de ensino você trabalha? Pública ou Privada?
3. Elenque por ordem de prioridade, se for possível, as suas **tarefas**.
4. O que faz junto aos **professores da escola**? Quais são suas tarefas junto aos professores?
5. O que faz junto aos **estudantes da escola**? Quais são suas tarefas junto aos estudantes?
6. O que faz junto à **direção**? Quais são suas tarefas pedagógicas e/ou administrativas junto à direção da escola?
7. O que faz junto à **comunidade (pais/mães)**? Qual é a rotina/atividades junto aos pais/mães?
8. Qual é sua ação junto aos **órgãos colegiados da escola**? Conselho Escolar, Conselho de Classe.
9. Qual é sua ação pedagógica em relação à **avaliação da aprendizagem**?
10. Qual é sua ação pedagógica no processo de **planejamento, de formação continuada, apoio pedagógico, livro didático, rede de proteção e processos de regularização da vida escola do estudante**?
11. Sua **formação inicial** lhe garantiu condições teóricas e práticas para enfrentar os desafios da sua profissão na Educação Infantil?
12. Como você **conceitua** a Educação Infantil? O que ela representa para a Educação das crianças, hoje?
13. Quais são os principais **desafios** de sua atuação profissional na Educação Infantil?

Obrigado,

Amanda e Genecir

⁹Obs.: As entrevistas ou as perguntas estão baseadas nos principais documentos utilizados para a elaboração do Capítulo II – Papel do Pedagogo.